



TÍTULO DO TRABALHO	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEMOCRACIA SOCIALISTA E A DITADURA DO PROLETARIADO	
AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO
Gustavo Seferian Scheffer Machado	Ufla
RESUMO	
<p>Debates concernentes à natureza do Estado – ou se preferirmos assim colocar, atinentes à disputa política no seio da modernidade burguesa – sempre estiveram no centro das preocupações teóricas e práticas da tradição marxista. O revolver da obra dos proponentes do materialismo-dialético já revela esse fato: desde as elaborações marxianas de juventude, perpassando as obras político-históricas lavradas entre os ascensos revolucionários de 1848 e a Comuna de 1871, até as esparsas menções em O Capital – que, como aponta Rosdolsky, possuía em seu projeto original livro específico para o trato da problemática – e os principais debates de Engels na II Internacional, revelam que, mesmo inexistindo uma perspectiva de elaboração de uma teoria geral do Estado pelos fundadores da filosofia da práxis – e as discussões iniciadas por Norberto Bobbio no seio da esquerda italiana em 1975 são deveras esclarecedoras quanto ao ponto –, temas referentes à disputa democrática radical da institucionalidade burguesa, a recomposição qualitativa transitória do Estado por meio da ditadura do proletariado e a demolição do aparelho burguês estavam colocadas dentre as tarefas destes pensadores e militantes. Infinitos exemplos poderiam ser trazidos ao depurar a obra de outros marxistas. Todavia, foram as experiências do assim chamado “socialismo real” vivenciadas no curso do século XX – melhor diagnosticadas por León Trotsky enquanto afirmações de “Estados operários burocraticamente degenerados” –, bem como a derrocada de tais processos sociais, possibilitando o revigorar do projeto de acumulação neoliberal no cenário em que a narrativa do “fim da história” pareceu se instalar de forma insuperável, que nos recolocam à ordem do dia tais questões. Alia-se a isso a constatação de que o trato de temas fundamentais sobre a disputa do poder pelas classes trabalhadoras, como é o caso da ditadura do proletariado, são relegados ao ostracismo por força das experiências totalitárias burguesas experimentadas no mesmo “curto século XX”. O céu plúmbeo que se instala sobre a conjuntura impossibilita mesmo as perspectivas de disputa pela ideia de comunismo, imediatamente associada aos crimes dos stalinismos. Propomos assim, com o presente trabalho, o resgate no âmbito teórico e político de ideias fundamentais para a crítica da teoria do Estado em nossos tempos, em que o acentuar da crise do capital reclama e impõe reconfigurações das reflexões e práticas sociais. Sinalizamos que esta retomada, ao se amparar em uma Weltanschauung que prima pelos interesses da classe trabalhadora, se volta necessariamente à ressignificação de algumas chaves que foram dragadas pelo buraco negro das distorções stalinistas, ao se avocar a expressão oficial da tradição marxista. Colocamos na ordem do dia, então, o amparo na produção de uma série de marxistas revolucionários – como Lênin, Luxemburgo, Benjamin, Gramsci, Trotsky, Mandel, Bensaïd, Löwy, Badiou e Bianchi – para o trato de temas que elencamos fundamentais para tal enfrentamento, como a hipótese comunista enquanto presença concreta e vivaz, a assunção de tarefas democráticas pelo proletariado no seio do Estado burguês, a democracia socialista na vindoura ditadura do proletariado e a questão do planejamento democrático – da produção e reprodução sociais, da educação e do trato ambiental.</p>	
Palavras-chave: Estado; Democracia socialista; Ditadura do proletariado; Planejamento.	

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEMOCRACIA SOCIALISTA E A DITADURA DO PROLETARIADO

SEFERIAN Scheffer Machado, Gustavo¹

“Bem só pode estar o sol,
Porque ninguém o alcança.
Haja no mundo o que houver,
O sol lá nem se balança.
Enquanto a fortuna dorme,
A desgraça não descansa.”

-*"Vida e testamento de Cancão de Fogo"*,
Leandro Gomes de Barros²

A defesa da democracia – ou de sua hipostasiada conformação enquanto Estado Democrático de Direito – está colocada como principal cavalo-de-batalha nos debates políticos instalados na esfera pública brasileira. Apologetas de um ou outro modelo de governo, de um ou outro regime de gestão do capital, vêm se digladiando pela apropriação da “defesa da democracia” ou da “normalidade institucional”. Não faltam considerações sobre quem se utilizou de ardis pouco democráticos para se assentar no poder; sobre as vicissitudes e distorções dos processos eleitorais; sobre as falibilidades de um ou outro regime político; sobre se membro de chapa eleitoral, ainda que não a encabece, é também legítimo detentor do poder erigido pelo voto que lhe foi direcionado; sobre quem deu golpes e quem foi golpeado.

Esquecem-se que nenhuma narrativa histórica é impassível de desmonte. Que o libelo de “escovar a história a contrapelo” é um grito à prática, que se exercita cotidianamente e que não deixará, mais dia ou menos dia, pedra sobre pedra das tentativas de se cunhar um registro oficial dos acontecimentos. Pelo lado qual for. E por isso pouco ou nada falam quanto ao conteúdo dessa vindicada democracia, dessa ordem institucional defendida.

De que democracia se está a falar? E qual democracia vindicamos?

São estas as questões fundamentais que pretendemos enfrentar nesse breve texto, com o intuito maior de repolitizar e desneutralizar a tradição democrática que parece hoje se perder em debates mesquinhos entre setores das classes dominantes.

¹ Professor de Direito e Processo do Trabalho da Universidade Federal de Lavras – UFLA. Bacharel em Direito, mestre e doutorando em Direito do Trabalho pela FDUSP. Pesquisador do GPTC-USP. E-mail: gustavo.machado@dir.ufla.br.

² BARROS, Leandro Gomes de. **Vida e testamento de Cancão de Fogo**. São Paulo: Luzeiro, 2006, p.19.

Querer conferir sentido único, objetivo, à polissêmica compreensão da democracia seria uma tarefa infrutífera. Não está ela em nosso horizonte. Outros caminhos serão traçados, no sentido de tentar desmistificar a defesa de democracia formal burguesa e apontar suas concretas limitações.

Dessa forma, motivados pela provocação teórico-política de Alain Badiou³ - ainda que dela pouco ou nada bebamos, sendo todavia de grande necessidade o reconhecimento motivador de nossas reflexões - pretendemos organizar o escrito a partir da retomada alguns temas clássicos que circundam e são circundados pela ideia de democracia socialista, sua indissociabilidade da compreensão da ditadura do proletariado e do programa comunista.

Assim, perpassaremos (i) um diagnóstico da democracia burguesa e a natureza ditatorial do Estado, em todas as suas conformações; (ii) as experiências social-democratas e eurocomunistas como exemplos concretos da falibilidade da confiança estratégica na institucionalidade burguesa pelas classes trabalhadoras; (iii) a compreensão da ditadura do proletariado como etapa necessária para degeneração em permanência dos aparelhos de Estado burgueses; (iv) a indispensável associação da “ditadura do proletariado” à ideia e prática da democracia socialista; e (v) a afirmação ressignificada da “ditadura do proletariado” enquanto situação de exceção que susta a exceção permanente capitalista, na forma do pensamento benjaminiano.

Avante, pois!



O primeiro de nossos desafios consiste em enfrentar os debates sobre a natureza do Estado, sobretudo em sua conformação contemporânea: o Estado moderno burguês. Estes sempre estiveram no centro das preocupações teóricas e práticas da tradição marxista. O revolver da obra dos proponentes do materialismo-dialético revela isso: temas como a disputa democrática radical da institucionalidade burguesa, a recomposição qualitativa transitória do Estado por meio da ditadura do proletariado e a demolição do aparelho burguês estavam colocadas no foco destes pensadores e militantes.

Dentre as diversas obras que Marx se dedicará de forma mais detida ao trato da temática, será em “*Guerra civil na França*” que o fará de forma esclarecida, isso ao

³ BADIOU, Alain. **The Communist Hypothesis**. Trad. David Macey e Steve Corcoran. London: Verso, 2010.

abordar os processos de tomada de poder pelo proletariado na experiência que se eternizou como Comuna de Paris.

O imperativo usado por Engels no prefácio à obra escrito em 1891 – “*Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado*”⁴ – não deixa dúvidas que os pais do materialismo-dialético reservaram à experiência das e dos *Communards* a afirmação prática daquilo que idealizaram enquanto sendo o processo de esvaimento do Estado burguês sob o controle das classes trabalhadoras e batuta do proletariado. Não por outra razão irá Marx distinguir – sem deixar esconder seu entusiasmo, revelado pelas exclamações – o levante de 1871 dos demais processos revolucionários europeus no séc. XIX não pelo seu elemento constitutivo proletário – marca comum a todos eles –, mas por seu afirmar prático na transformação destruidora do Estado:

“O novo elemento é que o povo, após o primeiro levante, não desarmou a si mesmo e entregou seu poder nas mãos dos velhacos republicanos das classes dominantes; ao constituir a Comuna, tomaram o comando de sua revolução em suas próprias mãos e ao mesmo tempo encontraram, em caso de sucesso, os meios para mantê-lo nas mãos do próprio povo, substituindo a maquinaria estatal, a maquinaria governamental das classes dominantes, por uma maquinaria estatal própria. Esse é seu inefável crime! Trabalhadores infringindo o privilégio governamental dos 10 mil que se encontram no topo e proclamando sua vontade de quebrar a base econômica desse despotismo de classe que emprega para seu interesse próprio a força estatal organizada da sociedade!”⁵

É esta a compreensão que servirá de alicerce teórico a Lenin, que cunhará em “*Estado e Revolução*” sua melhor síntese acerca da temática.

Não satisfeito com a caracterização historicizada – mas também historicamente aberta – de Marx e Engels no *Manifesto* de 1848, quanto à compreensão de que “*o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa*”⁶, derivará dessa leitura uma ideia de aplicação universal ou trans-histórica do Estado, enquanto forma política nas sociedades de classe. Fugindo de uma leitura histórica pontual e específica do Estado no seio da sociedade

⁴ ENGELS, Friedrich. “Introdução à *Guerra civil na França*, de Karl Marx (1891)”, in MARX, Karl. **Guerra civil na França**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 197.

⁵ MARX, Karl. **Guerra civil na França**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 138.

⁶ MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 42.

capitalista, apontará ser o Estado instrumento de dominação de classe em qualquer arranjo classista, sendo o Estado burguês – mesmo em suas conformações mais libertárias e democráticas, em que as liberdades civis são gozadas por amplas parcelas da população – ainda assim uma ditadura de classe⁷.

Combinada com a avaliação concreta de Marx acerca da Comuna, reafirmará a imprescindibilidade de que tão logo o proletariado assuma o poder da institucionalidade, passe a cumprir o papel de degenerescência e recomposição do Estado, para que cumpra sua efetiva funcionalidade à classe revolucionária, já que este não se extingue, mas é suprimido⁸. Assim, chega a conclusão que quanto à máquina estatal, “é preciso demoli-la, quebrá-la”⁹.

Esta constatação é preciosa quando se pretende verificar as particularidades atinentes às revisões direcionadas à estratégia revolucionária marxista em experiências históricas diversas entre os sécs. XIX e XXI, que tiveram no seu cerne a funcionalização do Estado burguês.

Nesse sentido a primeira que merece destaque à nossa atenção é a ascensão do ideário reformista (historicista, economicista e determinista, para ficar em outros três adjetivos) no seio da II Internacional, sobretudo naquela que foi a experiência mais bem-sucedida em seu espectro de influência: a social-democracia alemã da virada dos sécs. XIX e XX.

O vigor assumido pelo movimento operário germânico no período – que resultou no domínio de amplos aparelhos, que perpassavam a imprensa, sindicatos e expressiva parte das cadeiras no Parlamento alemão – acabou por imprimir efeitos deletérios na intelectualidade dirigente do SPD, passando os setores que defendiam um projeto estratégico voltado às paulatinas conquistas institucionais no seio do Estado burguês – supostamente atreladas a um norte revolucionário – a assumir maior vulto dentro da organização. Figuras como Eduard Bernstein e Karl Kautsky assumem preponderância no partido, que vivenciará claras manifestações de degeneração, a exemplo da aprovação dos créditos de guerra pelas maioria massiva de seus parlamentares, feita exceção apenas ao heróico Karl Liebknecht.

Há que se destacar, como segunda experiência, o papel das formulações do assim chamado “Eurocomunismo”, que teve sua aurora no curso dos anos 1970.

⁷ LENINE, V.I. “O Estado e a Revolução”, in LENINE, V. I. **Obras Escolhidas**, Vol. II, São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 245.

⁸ *Idem*, p. 234.

⁹ *Idem*, p. 240.

Herdeiro direto da tradição reformista kautskysta¹⁰ e erroneamente associado a uma influência de Gramsci¹¹ – um efetivo revolucionário! –, o movimento eurocomunista se caracterizará, aos olhos de Ernest Mandel, como atrelado às seguintes teses estratégicas:

- “1. É impossível atingir o socialismo nos países industrializados sem o consenso duma larga maioria da população.
2. Com este objectivo, é preciso conservar as instituições parlamentares burguesas, que gozam do manifesto apoio dessa maioria.
3. A natureza dessas instituições é tal que podem ser progressivamente esvaziadas do seu conteúdo particular de classe, isto é, podem deixar de ser os suportes da dominação de classe da burguesia. Isso resultará em particular da contínua extensão da intervenção do Estado na vida económica, que transfere para o seio do Estado as principais contradições da sociedade e o torna um campo que pode ser disputado, quando não pela burguesia e o proletariado, pelo menos pelos monopólios, dum lado, e a 'união de forças progressistas', do outro.
4. É preciso evitar a todo o custo um confronto directo entre a burguesia no seu conjunto e o proletariado isolado, não só porque semelhante confronto se saldaria com certeza pela derrota do proletariado, como também porque conduziria inevitavelmente à destruição das instituições parlamentares burguesas e atrasaria assim por um longo período toda a possibilidade de rotura no sentido do socialismo.
5. Através da conquista de maiorias parlamentares significativas (apoiadas pela pressão e a mobilização das massas) o movimento operário pode e deve conquistar reformas estruturais que transformarão por etapas a natureza do regime capitalista e acabarão por mudar a sua própria natureza.
6. A etapa essencial que defrontamos é a da aliança anti-monopolista, ou da 'democracia avançada', que, enfraquecendo primeiro e abolindo depois o poder dos monopólios, dará um golpe decisivo no capitalismo e permitirá que aumente qualitativamente o peso e o poder das massas laboriosas na sociedade através de diversos mecanismos de democratização da vida económica e da participação das massas na gestão do Estado. Esta será uma etapa transitória decisiva para a abolição do capitalismo e o advento do socialismo. Mas, em si mesma, não constitui ainda nem uma nem outro.
7. A aliança anti-monopolista deve incluir, além da classe operário e da massa dos empregados (incluindo os funcionários, os técnicos e os quadros), uma boa parte do campesinato e parte considerável da pequena e média burguesia,

¹⁰

MANDEL, Ernest. **Crítica do euro-comunismo**. Lisboa: Antídoto, 1978, p. 163-165.

¹¹

MANDEL, Ernest. *Op. Cit.*, p. 173-178.

a fim de isolar os grandes monopólios. É por isso que não convém, durante esta primeira etapa, pôr em causa o regime da propriedade privada.”¹²

Há perda de um norte estratégico revolucionário pelo movimento de trabalhadores e trabalhadoras aderente a essas linhas – endossada, à época, pelo politburo soviético¹³ –, uma crença pia na institucionalidade burguesa – por vezes associadas a uma equivocada compreensão de hegemonia em Gramsci – e, por conseguinte, uma traição à perspectiva de estruturação de uma nova sociedade amparada em uma também nova institucionalidade. A preferência teórico-prática se assentou nas vísceras de um moribundo, antes de se firmar na carcaça do cadáver burguês.

Exemplos outros são diversos e bebem destas propostas e experiências. Poderiam aqui ser também tratados o austro-marxismo, as Frentes Populares no entreguerras, a *Unidad Popular* e a vitória eleitoral de Allende, o ascenso bolivariano e, por que não, a experiência eleitoral e eleitoreira do PTismo no Brasil – que vivenciou seu esplendor e derrocada em um período de pouco mais de uma década. Todos, assim como os brevemente abordados, viriam a revelar o mesmo: a existência de limites – institucionais, estruturais e classistas – da democracia formal burguesa e a funcionalidade de dominância de classe – *in casu*, da burguesia sobre as demais – da máquina estatal.

O que se reclama é “*não ser 'idólatra da democracia formal', como quer Trotski, [o que] significa saber diferenciar, sob a igualdade e a liberdade formais, a desigualdade e a exploração sociais*”¹⁴. E ter a consciência de que “*a hipótese do enfraquecimento do Estado e do direito, enquanto esferas separadas, não poderia significar sua abolição por decreto, sob pena de ver antes a sociedade estatizada que o poder socializado*”¹⁵.

É dessa arapuca que tais experiências e propostas teóricas não conseguiram escapar.



Se dessa forma, o marxismo revolucionário não deposita – e jamais poderia depositar! – suas crenças estratégicas na institucionalidade burguesa, que caminho

¹² *Idem*, p. 162.

¹³ MANDEL, Ernest, *Op. Cit.*, p. 163.

¹⁴ LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburg**: os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: UNESP, 1995, p. 89.

¹⁵ BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 73.

tomar? Se a democracia vindicada pelos socialistas não é a democracia burguesa, no que consistirá a democracia socialista que tanto propalamos?

Um bom início para sua compreensão passaria pela negação dos aspectos naturalizados enquanto sendo da imanência democrática, associados ao formalismo burguês. A afirmação democrática não pode estar vinculada exclusivamente ao certame eleitoral burguês, ao sufrágio universal e a política calendarizada. Estas são manifestações históricas e particulares do modelo de representação democrático-formal hoje universalizados – ou assim pretensamente colocados – na ordem burguesa.

Um segundo aspecto é que a democracia burguesa não advirá, mais dia ou menos dia, a democracia socialista. Não é daquela uma derivação necessária. E não será no seio da democracia burguesa que florescerá uma representação obreira a dar tais qualidades à primeira. Não que elementos formais e constitutivos do modelo burguês – como a representação, a igualdade participativa etc – -não possam servir de alicerce derivativo a experiências em que a real referência de poder popular possa se colocar. Mas é que foram às margens e no curso do sucumbir da democracia representativa burguesa que novas composições do poder puderam surgir e que as poucas experiências de democracia socialista acabaram por se manifestar.

Um terceiro marco está associado ao referencial histórico destas experiências afirmativas, sobretudo dentro do modelo soviético e conselhistas, conferindo a estes instrumentos políticos auto-organizados e democraticamente eleitos nos espaços de trabalho, moradia e sociabilidade a afirmação direta do poder. E poder para que? Para gestão dos próprios rumos da sociedade, desde o planejamento democrático da produção e reprodução sociais, perpassando a educação e o trato ambiental. Ou seja, o domínio da completude dos arranjos sociais humanos, suplantando a dominância da relação social do capital e da sua maior aliada – a mercadoria – e projetando nas mãos das massas trabalhadoras o poder de decisão quanto seus caminhos. Para bem ou para mal.

Por certo esse poder deve se colocar dentro de marcos de pluralidade e ampla liberdade de manifestação e organização – inclusive para setores avessos à perspectiva socialista. Como se compreende de Rosa Luxemburgo, a democracia socialista passa pela *“inteira liberdade para a classe operária, isto é, a ditadura da classe e não a do partido sobre a classe”*¹⁶.

E no que consistiria essa inteira liberdade, já que “*Luxemburg identifica democracia e ditadura do proletariado*”¹⁷?

Coroando-nos o já proposto, e aperfeiçoando a compreensão de Lenin do Estado, explica-nos Isabel Loureiro, com excertos luxemburguistas, que

“A ditadura da classe, 'a verdadeira democracia', quer dizer, a 'dominação de vastas camadas populares' só será efetiva se houver liberdades democráticas: imprensa livre, direito de associação e reunião. Apenas no interior de uma vida política inteiramente livre, 'toda a massa do povo' pode educar-se, formar-se. Nesse sentido, ela critica o que denomina de concepção 'simplista' de Lenin sobre o Estado, qual seja: assim como Estado burguês não serve senão para oprimir as massas, o Estado socialista seria também apenas um instrumento de coerção sobre a burguesia. Contra tal 'teoria' lembra Rosa, com muita pertinência, que enquanto a dominação da burguesia não requiere a formação nem a educação política da massa: 'para a ditadura proletária esta educação é o elemento vital, o ar sem o qual não pode viver'”¹⁸

É no seio da democracia socialista – que não se confunde como valor universal, como quer Coutinho –, indissociavelmente ligada à ditadura do proletariado e ao programa comunista, que tal maturação política da classe acabaria por ter plena aplicabilidade.



Mas que minhocas na cabeça tem um sujeito que defende o comunismo e a ditadura do proletariado em pleno séc. XXI?

Por certo, a associação no léxico corrente entre ditaduras e o autoritarismo do séc. XX traz entraves a essa defesa. Apontará Bensaïd que:

“No vocabulário político dos séculos XVIII e XIX, o termo 'ditadura' tinha a conotação de uma instituição virtuosa – o poder de exceção temporária legalmente designado pelo Senado romano –, em oposição à 'tirania', que era o nome do poder arbitrário. Hoje, ele esse tornou carregado demais de ambiguidades e associado a experiências históricas extremamente dolorosas para ainda poder ser utilizado sem risco de confusão. Essa simples constatação necessariamente traz à tona as questões da democracia representativa, da relação entre o social e o político, das condições de

¹⁷ *Idem*, p. 89.

¹⁸ LOUREIRO, Isabel Maria. *Op. Cit.*, p. 89.

enfraquecimento da dominação às quais, sob a forma 'enfim encontrada' da Comuna de Paris, a 'ditadura do proletariado' pretendida dar uma resposta.”¹⁹

De outro lado, a associação do marxismo com as experiências autoritárias de matiz estalinista são também corriqueiramente colocadas. O mesmo Bensaïd apontará, em exercício que parte da desfuncionalização imposta pelas ideologias burguesas dominantes quanto ao conceito – ainda atualíssimo – de imperialismo, que “*da mesma maneira (...) a contra-reforma liberal quer dissolver o comunismo no stalinismo*”²⁰. O ardil, todavia, não foi apenas encampado pelo ideário neoliberal, após a derrocada do bloco soviético e o ascenso neoliberal que acompanhou as teses do fim da história e da ideologia, remontando a mistificação conduzida pelos próprios asseclas de Stalin a partir do V Congresso da Internacional Comunista²¹.

Há um certo conformismo nas esquerdas quanto a “perda” dos termos.

Pensamos, porém, que as duas ideias seguem em disputa.

Crer na derrota do uso da ditadura do proletariado ou do programa comunista parece-nos o mesmo que crer na narrativa dos vencedores da história no sentido de que o malfadar das experiências do Leste Europeu e Sudeste Asiático viria a sacramentar a impossibilidade de novas experiências revolucionárias socialistas por todo mundo.

Tais bandeiras merecem ser reinvocadas, e ressignificadas. Até em razão da necessária compreensão de que o sentido das palavras é social e historicamente determinado, e a associação a valores e ideias negativas tanto do vocábulo “comunismo” quanto da “ditadura do proletariado” podem e devem ser recompostos.

Sobretudo quanto a ditadura do proletariado, debate indispensável para sua compreensão é aquele concernente ao Estado de Exceção, que vindica uma retomada dos textos clássicos sobre a temática, buscando recompor sua pujança social, histórica e política.



Termo há longa data debatido teoricamente, o Estado de Exceção revela muito mais que seu sentido intuitivo ou aparente, representando todo um complexo de mecanismos e concepções político-jurídicas.

¹⁹ Bensaïd, Daniel. **Os irredutíveis**, *Op. Cit.*, p. 74.

²⁰ Bensaïd, Daniel. **Os irredutíveis**, *Op. Cit.*, p. 71.

²¹ *Idem.*, p. 73.

O acirrar das dinâmicas classistas recoloca o assunto à tona: em tempos de seletividade penal, repressão de movimentos sociais, cerceamento aos direitos trabalhistas e à cidade, os debates sobre o estado de exceção recobram seu vigor.

A associação entre o Estado de Exceção e a ideia de ditadura do proletariado, todavia, passa às margens de tal empreita intelectual, sendo Walter Benjamin um dos poucos que se coloca o desafio desta articulação de ideias.

É em especial na sua Tese VIII “*Sobre o conceito de História*”²², bem como outros tantos escritos que objetivam a problemática do Estado, da política e da violência, que a produção benjaminiana firmará os alicerces ligados à tradição do marxismo revolucionário para compreender o Estado de Exceção.

A abordagem benjaminiana germinal remonta seu *Origem do Drama Barroco Alemão*. Ao se debruçar sobre o drama principesco, distinguirá as ideias de soberania no moderno e no barroco, apontando que

“Ao passo que o conceito moderno de soberania resulta no exercício pelo Príncipe de um poder executivo supremo, o do Barroco nasce de uma discussão sobre o estado de exceção, e considera que impedi-lo é a mais importante função do Príncipe. Quem reina já está desde o início destinado a exercer poderes ditatoriais, num estado de exceção, quando este é provocado por guerras, revoltas ou outras catástrofes.”²³

Pautado nessa constatação, traçará abordagem que é nitidamente distinta daquela posteriormente tomada nas teses *Sobre o conceito de história*. Até-se aqui ao fato de que o interesse do Príncipe seria “*a garantia de uma comunidade próspera, florescente tanto do ponto de vista militar como científico, artístico e eclesiástico*”²⁴. Não por outra razão, afirma que “*a função do tirano é a restauração da ordem, durante o estado de exceção: uma ditadura cuja vocação utópica será sempre a de substituir as incertezas da história pelas leis de ferro da natureza*”²⁵. Benjamin, todavia, não depura

²² Por bem, entendemos imprescindível desde logo reproduzir seu texto na íntegra: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso. Então surgirá diante de nós nossa tarefa, a de instaurar o real estado de exceção; e graças a isso, nossa posição na luta contra o fascismo tornar-se-á melhor. A chance deste consiste, não por último, em que seus adversários o afrontem em nome do progresso como se este fosse uma norma histórica. - O espanto em constatar que os acontecimentos que vivemos 'ainda' sejam possíveis no século XX não é *nenhum* espanto filosófico. Ele não está no início de um conhecimento, a menos que seja o de mostrar que a representação da história donde provém aquele espanto é insustentável.” (BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito de história” in **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 226).

²³ BENJAMIN, Walter. **Origem do Drama Barroco Alemão**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 89.

²⁴ *Idem, ibidem.*

²⁵ *Idem, p. 97.*

largamente a ideia, nem engatinha no sentido de dar novos contornos classistas ao conceito técnico-jurídico – estes que viriam a caracterizar seu último texto.

E é em Carl Schmitt que Walter Benjamin buscará a referência dessa “*teoria moderna da soberania*”. Na sua *Teologia Política*, conceituará Schmitt soberania e exceção, não carecendo grande avanço na obra para encontrá-las: inicia seu primeiro capítulo afirmando que “*soberano es quien decide sobre el estado de excepción*”²⁶, reservando o ilustrar jurídico do instituto na Constituição de Weimar, sobretudo no quanto consta em seu art. 48, associando o mecanismo ali previsto à assunção de poderes irrestritos²⁷.

Ao sustentar a relevância do debate acerca do estado de exceção no campo jurídico, Schmitt explicita que “*ante un caso excepcional, el Estado suspende el derecho por virtud del derecho a la propia conservación*”²⁸. Ou seja: em discurso hermético, que tende a isolar o direito em-si²⁹, que não pretende dialogar com outros campos do conhecimento humano para pensar o jurídico, limita-se a pensar o estado de exceção como salvaguarda do Estado – facultada pelo direito –, para suspender o próprio direito e garantir a existência daquele mesmo Estado. Em outras palavras, “*o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal*”³⁰.

A norma, assim, impõe uma “normalidade” para que seja aplicada, e quem define se essa normalidade subsiste ou não é o soberano, que assume o monopólio da última decisão³¹. E é pela dialética relação com sua negação – ou seja, pela exceção –, que a normalidade se afirma e toma contornos. Diante desta caracterização, certo que a figura do soberano é, e só pode ser, única³². Não há como se admitir uma pluralidade de

²⁶ SCHMITT, Carl. **Teología Política**. Trad. Francisco Javier Conde e Jorge Navarro Pérez, Madrid: Trotta, 2009, p. 13.

²⁷ SCHMITT, Carl. *Op. Cit.*, p. 17.

²⁸ *Idem*, p.18.

²⁹ Não como norma exclusivamente, como atenta Hans Kelsen em sua *Teoria Pura*, mas enquanto norma e decisão. Os pensamentos dos dois teóricos – juristas e burgueses, não esqueçamos – conflui em muitos pontos, mas também dista em alguns. Carl Schmitt, por exemplo, chega por diversas vezes na obra referenciada a sustentar o quanto a racionalidade jurídica positivista, calcada no referencial da norma e sua validade, não pode conceber a exceção enquanto fenômeno jurídico.

³⁰ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iracy D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004, p.

12.

³¹ SCHMITT, Carl. *Op. Cit.*, p.18.

³² Há que se ressaltar que alguns debates trazidos por Benjamin em seu doutoramento ilustram, de forma esclarecedora, as teorias da soberania schmittianas. É o exemplo mencionado da “comparação entre o Príncipe e o sol”, que “aparece, sempre repetida, na literatura da época” e que “visa acentuar o caráter único dessa autoridade”(cf. BENJAMIN, Walter, **Origem do Drama Barroco Alemão**. *Op. Cit.*, p.91).

soberanos, ou de decisões que possam vir afirmar o poder, sob pena de perder a condição exclusiva e absoluta daquele que dita as condições do estado de exceção.

Único, mas quem? O Príncipe, o povo, a classe? Seria admissível um sujeito coletivo?

Depende do estado de exceção que estamos falando...

Em *Sobre o conceito de história*, Benjamin inicia sua famosa Tese VIII apontando que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é a regra”³³. Com esse jogo de palavras usado já outrora por Bertold Brecht – interlocutor benjaminiano – em sua peça didática *A Exceção e a Regra*³⁴, o filósofo alemão vai cristalizar uma de suas mais ricas ideias no campo da política.

Segundo Michael Löwy,

“Benjamin confronta, aqui, duas concepções da história – com implicações políticas evidentes para o presente: a confortável doutrina ‘progressista’, para qual o progresso histórico, a evolução das sociedades no sentido de mais democracia, liberdade e paz, é a norma, e aquela que ele afirma ser seu desejo, situada do ponto de vista da tradição dos oprimidos, para a qual a norma, a regra da história é, ao contrário, a opressão, a barbárie, a violência dos vencedores.”³⁵

Para o pensador francês, a distinção das duas concepções da história se mostra evidente quando Benjamin se propõe a enfrentar seu objeto maior de crítica – e que já se tornara seu maior algoz! – no seu texto terminal: o fascismo. Afirma que:

“Para a primeira [concepção de história], trata-se de uma exceção à regra do progresso, uma ‘regressão’ inexplicável, um parêntese na marcha avante da humanidade. Para a segunda, a expressão mais recente e mais brutal do ‘estado de exceção permanente’ que é a história da opressão de classe.”³⁶

Parece-nos que a primeira concepção bebe ainda largamente de Schmitt³⁷, sobretudo quando o jurista concebe que “*en la excepción, la fuerza de la vida efectiva hace saltar la costra de una mecánica anquilosada em repetición*”³⁸.

É justamente nesse pensar do conceito em duas mãos – concebendo a exceção enquanto ruptura de uma suposta repetição de um estado de coisas “normal”, e que a normalidade se mostra como a permanência do estado de exceção, em que os

Em Carl Schmitt, passagens são também numerosas ao apontar a exclusividade do soberano. Sobretudo em suas considerações sobre a construção do “Deus único”.

³³ BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito de história” *Op. Cit.*, p.226.

³⁴ BRECHT, Bertold. “A exceção e a regra: peça didática”, in *Teatro Completo*. Vol. 4, trad Roberto Schwarz *et alii*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 129-160.

³⁵ LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses ‘Sobre o conceito de história’. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 83.

³⁶ *Idem, ibidem*.

³⁷ *Idem*, p. 83-84.

³⁸ SCHMITT, Carl. *Op. Cit.*, p.20.

direitos, de modo geral, são negados a todo tempo à maior parte da população³⁹ – que reside a proposta inovadora de Benjamin, bem como dá abertura para que se possa pensar “o real estado de exceção”⁴⁰: aquele que rompe com a lógica que naturaliza a perpetuação da barbárie, da exploração e da opressão. Que rompe com a “exceção permanente” e com a sociedade de classes.

Considerando-se que Benjamin enfrentará na referida Tese VIII a problemática do ascenso fascista, que tal qual as duas principais correntes do movimento operário internacional – a social-democracia e o estalinismo – operava sob a consigna da ideologia do Progresso, não nos parece supérfluo o apego à palavra para justificar a nossa compreensão sobre como se coloca, aos olhos de Benjamin, o instalar deste real estado de exceção.

Afirmará Benjamin que “*surgirá diante de nós nossa tarefa*”, qual seja, “*a de instaurar o real estado de exceção*”. “Tarefa” e “instaurar”, cá estão as chaves para compreensão da contraposição benjaminiana às propostas de leitura sócio-política então hegemônicas dentro do amplo espectro do marxismo.

Por “tarefa” [*Aufgabe*]⁴¹, concebemos uma obrigação a ser cumprida, um dever, invariavelmente ligada ao trabalho, ou à militância. Acresce o dicionário que seu cumprimento deve se dar em um prazo⁴². Aos olhos de Benjamin, uma incumbência e investidura políticas, e que por política impescinde da práxis, da ação. Não por outra razão entendemos ser de todo feliz a consagrada tradução das teses feita por Sérgio Paulo Rouanet, que conseguiu consubstanciar no português a essência da proposta benjaminiana. E isso, sobretudo, por se utilizar da palavra “instaurar” [*Herbeiführung*] em seu texto final. A referida palavra, no original, com toda certeza poderia ser traduzida de forma branda, passiva, como simples referência de condução indutiva ao

³⁹ Giorgio Agamben traz contribuição interessante ao abordar o estado de exceção como regra e sua funcionalidade na manutenção da ordem vigente: “a partir do momento em que “o estado de exceção [...] tornou-se a regra” (Benjamin, 1942, p. 697), ele não só sempre se apresenta muito mais como uma técnica de governo do que como uma medida excepcional, mas também deixa aparecer sua natureza de paradigma constitutivo da ordem jurídica.” (AGAMBEN, Giorgio. *Op. Cit.*, p. 18)

⁴⁰ BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito de história”, *Op. Cit.*, p. 226.

⁴¹ A consulta ao original em alemão se deu a partir da seguinte versão: BENJAMIN, Walter. **Über den Begriff der Geschichte**. Disponível em: <http://www.culture.hu-berlin.de/hb/files/Benjamin_Ueber_den_Begriff_der_Geschichte.pdf>, acessado em 12.12.2014.

⁴² “1 qualquer trabalho, manual ou intelectual, que se faz por obrigação ou voluntariamente (*repartir t. pela equipe*) 2 (1624) quantidade de trabalho realizado ou a realizar dentro de um prazo determinado; empreitada (*sua t. será organizar o arquivo 3 p.met.* contrato em que o salário é calculado pelo serviço executado; empreitada 4 p. ext. qualquer empreendimento ou iniciativa”, in INSTITUTO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2^a reimpressão, Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 2673.

“real estado de exceção”. “Instaurar” se associa à perfeição com a palavra “tarefa”, assumindo pois uma conjunção explosiva que dá conta à totalidade de perspectivas teóricas lançadas por Benjamin: que há um papel ativo – e, porquê não, violento⁴³ – necessário na superação do capitalismo, já que naturalmente jamais o “real estado de exceção” será “instaurado” ou “induzido”.

E quando será o momento dessa afirmação necessária e decisiva, a hora de instaurar o “real estado de exceção”?

Daniel Bensaïd nos ajuda a pensar politicamente a questão, também promovendo crítica à ideologia do Progresso e ao determinismo histórico. Em polêmica travada com os marxistas analíticos – também idólatras do Progresso –, afirma que “*Marx não se entrega a esse gênero de especulações horarias. Basta-lhe apreender as contradições e os conflitos da época, onde se representa o efetivamente possível*”⁴⁴.

Tais “*contradições e (...) conflitos da época*”, ao que nos parece, foram vistas pelo filósofo e militante trotskista a partir de um referencial próximo ao traçado por Walter Benjamin em suas teses *Sobre o Conceito de História*. O pensador alemão, segundo Löwy, se “*interessa, no passado,*” não principalmente pelo “*desenvolvimento das forças produtivas, a contradição entre forças e relações produtivas, as formas de propriedade ou do Estado, a evolução dos modos de produção – temas essenciais da obra de Marx*”, mas sobretudo pela “*luta até a morte entre opressores e oprimidos, exploradores e explorados, dominantes e dominados*”⁴⁵, dando centralidade ao elemento da luta de classe.

A partir dessa referência, seria possível aferir um *quantum* necessário de produtividade do trabalho para sinalizar o amadurecimento das forças produtivas, a ponto de condicionar um processo revolucionário? Seria possível atribuí-lo? Bensaïd enfrenta a indagação para pontuar que

“nenhuma medida permite decidir que um modo de produção atingiu seu limite, senão a própria força (produtiva) de trabalho, exprimindo por suas rebeliões e insurreições uma outra possibilidade histórica efetiva. Nenhuma lei mecânica preside à inelutabilidade vitoriosa das revoluções. A ‘correspondência’ não é um simples modo de adequação entre dois termos

⁴³ Walter Benjamin trata com profundidade acerca do tema da violência em um de seus textos com maior interlocução jurídica, sobretudo ao distinguir a violência transgressora e a violência legitimadora do poder. Vide BENJAMIN, Walter. “Crítica da Violência – Crítica do Poder” in **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: escritos escolhidos. Seleção Willi Bolle, trad. Celeste H. M. Ribeiro de Sousa et alii. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1986.

⁴⁴ Bensaïd, Daniel. **Marx, o intempestivo**: Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Trad. Luiz Cavalcanti Menezes Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.80.

⁴⁵ LÖWY, Michael. *Op. Cit.*, p.59.

(infra-estrutura e superestrutura). Ela indica apenas uma relação de não-contradição ou de compatibilidade formal. Reciprocamente, a discordância dos tempos determina o caráter geral de uma época.”⁴⁶

A centralidade também dispensada por Daniel Bensaïd no elemento da luta de classes não só se depreende do excerto supra. Revela-se nas conclusões tomadas a partir da experiência histórica do séc. XX, sobretudo quando levamos em conta a ascensão nazi-fascista – sobre a qual Benjamin forjou sua problemática histórica. Afirma Bensaïd que “*o impulso das forças produtivas não exclui a decadência ou o desaparecimento de civilizações vencidas*”⁴⁷, sendo certo também que “*salvo a possibilidade real de um aniquilamento, o desenvolvimento das forças produtivas é cumulativo e irreversível*”⁴⁸.

Por essa razão Bensaïd refere-se a Henri Lefebvre, que “*evoca esse ‘crescimento sem desenvolvimento’, onde o divórcio entre as forças produtivas e as relações de produção traduz-se por uma irracionalidade aumentada*”⁴⁹. Tema atualíssimo, aliás. É esta irracionalidade que vemos cada vez mais despontar, em nosso caso, no discurso social-liberal do PTismo. Ao defender uma necessidade de crescimento a todo custo – crescimento da exploração da força de trabalho, de gastos energéticos, da predação das terras das populações tradicionais e indígenas etc –, na esteira das pressões do capital e do discurso de afirmação do mercado, não conduz qualquer crítica aos limites ecológicos à expansão desse sistema. E mais grave: não proporciona nenhum mecanismo para que este almejado crescimento seja revertido a toda sociedade, e não apenas a um reduzido número de beneficiados. Estes, não parece ocioso mencionar, sempre membros das classes proprietárias...

Nada a causar espanto, como adverte Benjamin em sua *Tese VIII*.



Nossa breve exposição possibilitou, ainda que de forma germinal, rudimentar, firmar algumas linhas acerca da imprescindibilidade de se recompor o ideário e os termos de comunismo e ditadura do proletariado, que estão imanentemente ligados à compreensão da democracia socialista.

Löwy traz a tona ponto que atraiu grande interesse a Benjamin, e que com o estado de exceção – o nosso! – guarda íntima relação: o carnaval. Apontará que

“Em um conto dos anos 1920, publicado em francês com o título ‘En regardant passer le corso’ [Observando o corso passar], ele escreve: ‘O carnaval é um estado

⁴⁶ BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**, *Op. Cit.* p.78.

⁴⁷ BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**, *Op. Cit.*p.73.

⁴⁸ *Idem*, p 74.

⁴⁹ *Idem*, p.80.

de exceção. Um derivado dos antigos saturnais durante os quais o superior e o inferior trocavam de lugar e em que os escravos eram servidos por seus senhores. Ora, um estado de exceção não pode ser definido precisamente, senão em oposição total a um estado ordinário.”⁵⁰

Notamos aqui uma vez mais o apelo benjaminiano – e também schmittiano, podemos dizer – em definir o estado de exceção, em jogo dialético, a partir de sua negativa. E na festa pagã, toda uma série de normas de ordem moral e econômica acabam por ser transpostas. Na rua, entre os foliões, não há classe, família, nome ou sobrenome. Qualquer vestígio de administração, total ou parcial, “se desmancha no ar”.

Mas a transgressão morre ali, na quarta-feira. Quantos de nós já não ouviram que “o que acontece no carnaval, fica no carnaval”? O esforço de retorno à normalidade impõe, por certo, o esquecimento, bem como a expectativa de novo júbilo – datado, com começo e fim, no ano que segue. Novos poucos dias de liberdade, após meses de alienação.

Ao contrário do carnaval, porém, o “real estado de exceção” não proporcionará apenas um gozo temporário, calendarizado, mediado por máscaras e fantasias. Será a suspensão – oxalá para impor nova ordem! – da atual ordem sócio-econômica e política, que escora sua manutenção na perpetuação da desigualdade, da exploração e da opressão. Um período em que estas máscaras e fantasias tendencialmente cairão, por desnecessárias, e todos e todas poderão realizar na plenitude sua condição político-histórica.

E essa não se fará senão sob a bandeira comunista, e pela redenção conduzida pelas mãos revolucionárias do proletariado em luta.

Subverter-se-á a lógica do estado de exceção permanente, onde de fato parece que “tristeza não tem fim” e “felicidade sim”. Seremos nós, pois, que acordaremos a fortuna, que levantaremos essa frágil pluma, garantindo que “haja vento sem parar”.

Sejamos nós o vento. Sejamos nós – porque não? - o sol que não nascerá pela sua própria natureza, mas será arrancado pela energia transformadora do fazer histórico!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iracy D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BARROS, Leandro Gomes de. **Vida e testamento de Cancão de Fogo**. São Paulo: Luzero, 2006.

BADIOU, Alain. **The Communist Hypothesis**. Trad. David Macey e Steve Corcoran. London: Verso, 2010.

BENJAMIN, Walter. “Crítica da Violência – Crítica do Poder” in **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: escritos escolhidos. Seleção Willi Bolle, trad. Celeste H. M. Ribeiro de Sousa *et alii*. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1986.

_____. “De cidadão do mundo a grão burguês”, In _____. **O capitalismo como religião**. Org. Michael Löwy, trad. Nélío Schneider e Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 76.

_____. “Teses sobre o conceito de história” in **Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Origem do Drama Barroco Alemão**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. “Paris, Capital do Século XIX”, in **Textos de Walter Benjamin**. Trad. Flavio R. Kothe, São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Über den Begriff der Geschichte**. Disponível em <http://www.culture.hu-berlin.de/hb/files/Benjamin_Ueber_den_Begriff_der_Geschichte.pdf>, acessado em 12.12.2014.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**: Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Trad. Luiz Cavalcanti Menezes Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. “Introdução à *Guerra civil na França*, de Karl Marx (1891)”, in MARX, Karl. **Guerra civil na França**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 187-197.

LENIN, V.I. “O Estado e a Revolução”, in **Obras Escolhidas**, Vol. II, São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburg**: os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: UNESP, 1995.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses 'Sobre o conceito de história'. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010.

INSTITUTO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2ª reimpressão, Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburg**: os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: UNESP, 1995.

MANDEL, Ernest. **Crítica do euro-comunismo**. Lisboa: Antídoto, 1978.

MARX, Karl. **Guerra civil na França**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista**. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

SCHMITT, Carl. **Teología Política**. Trad. Francisco Javier Conde e Jorge Navarro Pérez, Madrid: Trotta, 2009.